

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O município de Dois Vizinhos apresenta cenário de crescente demanda por atendimentos em saúde mental, especialmente no que se refere à assistência psiquiátrica no âmbito do Ambulatório de Saúde Mental (AMENT) e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Os indicadores epidemiológicos evidenciam a relevância da problemática no território. A taxa de mortalidade por suicídio, calculada conforme metodologia (CID X60 a X84), apresentou os seguintes resultados: 26,74 por 100.000 habitantes em 2021 (12 óbitos), 28,97 em 2022 (13 óbitos), 13,37 em 2023 (6 óbitos), 11,14 em 2024 (5 óbitos) e 12,60 em 2025 (6 óbitos), considerando uma população estimada de 47.589 habitantes em 2025. Tais dados demonstram a persistência de eventos graves relacionados à saúde mental no município.

No que se refere à utilização de serviços hospitalares, observa-se aumento expressivo das internações por transtornos mentais e comportamentais. Segundo dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), na análise por local de internação, houve crescimento de 38 internações em 2023 para 230 em 2024 e 191 em 2025. Destaca-se que essa ampliação está diretamente relacionada à implantação, no ano de 2023, de 8 (oito) leitos de saúde mental no Hospital Pró Vida, o que evidencia não apenas a demanda municipal reprimida, mas também a relevância regional do serviço e a necessidade ampliada de atenção nessa área.

Na análise por local de residência, verifica-se tendência de elevação ao longo dos anos, passando de 37 internações em 2021 para 151 em 2024, mantendo-se elevado em 2025 com 133 registros.

No âmbito da rede municipal, estima-se que aproximadamente 2.230 usuários estão em acompanhamento nos serviços de saúde mental. Entretanto, a capacidade instalada para atendimento especializado em Psiquiatria é insuficiente para absorver essa demanda. O município conta atualmente com apenas 1 (um) médico psiquiatra efetivo, o qual realizou, no ano de 2025, um total de 530 consultas.

Ressalta-se ainda que, apesar da realização de concurso público para provimento do cargo, não houve candidatos que assumissem a vaga, o que evidencia a dificuldade de provimento por meio de vínculo efetivo.

Esse cenário resulta em demanda reprimida significativa, especialmente entre pacientes classificados como de médio e alto risco, cuja demora no acesso ao atendimento especializado pode ocasionar agravamento dos quadros clínicos, aumento de crises, maior incidência de internações e outros desfechos negativos, incluindo eventos relacionados à violência autoprovocada.

Adicionalmente, a insuficiência de atendimento psiquiátrico impacta a organização da rede de atenção, sobrecarrega outros pontos de atenção e compromete a continuidade e integralidade do cuidado em saúde mental.



Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação da oferta de atendimentos especializados em Psiquiatria, de forma a garantir acesso oportuno, qualificado e contínuo aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com as diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Considerando a necessidade de ampliação da oferta de atendimento em psiquiatria no município de Dois Vizinhos, foi realizado levantamento de mercado com a identificação das possíveis alternativas para atendimento da demanda, conforme descrito a seguir:

Solução nº 01 – abertura de concurso público

Realizar concurso público para provimento efetivo de cargo de médico psiquiatra efetivo no quadro do município.

Pontos positivos	Pontos negativo
<p>Possibilita vínculo estável e de longo prazo com o profissional;</p> <p>Favorece a continuidade dos atendimentos e o fortalecimento do vínculo entre profissional e usuários;</p> <p>Atende ao princípio da impessoalidade e da seleção por mérito.</p>	<p>Processo demorado, que envolve diversas etapas (processo licitatório para seleção da banca organizadora do processo, homologação e contratação para posterior elaboração de edital, publicação, provas, homologação e nomeação), o que pode levar meses até a efetiva contratação;</p> <p>Baixa adesão de profissionais médicos psiquiatras em concursos públicos municipais, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, como evidenciado no Concurso público realizado no ano de 2023 onde mesmo sendo classificados e convocados os profissionais não assumiram;</p> <p>Rigidez da estrutura de custos, não vinculada diretamente à produção assistencial, podendo reduzir a eficiência na alocação de recursos frente à demanda variável.</p>

Solução nº 02 – contratação temporária por processo seletivo simplificado (PSS)

Realizar processo seletivo simplificado para contratação temporária de médico psiquiatra.

Pontos positivos	Pontos negativos
<p>Processo mais rápido em comparação ao concurso público;</p>	<p>Natureza temporária da contratação, o que não garante estabilidade nem vínculo contínuo entre médico e pacientes;</p>



Possibilita suprir a necessidade de forma emergencial e temporária; Menor custo e trâmite administrativo.	Pode gerar descontinuidade no tratamento, principalmente em casos de transtornos mentais severos, que demandam acompanhamento prolongado; Menor atratividade para profissionais especializados, devido ao caráter transitório do vínculo, como evidenciado no PSS 001/2022, sem candidatos inscritos;
--	--

Solução nº 03 – realização de pregão eletrônico para contratação de empresa especializada

Realizar Pregão eletrônico, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos na especialidade de psiquiatria.

Pontos positivos	Pontos negativos
Modalidade amplamente utilizada para contratação de serviços, com competitividade e transparência, desde que adequadamente caracterizado o objeto; Permite a contratação de empresa que disponha de profissionais qualificados e devidamente registrados nos conselhos de classe; Possibilita a continuidade dos atendimentos, com designação fixa de um médico psiquiatra, fortalecendo o vínculo terapêutico entre profissional e pacientes; Facilita o controle e a fiscalização do contrato pela administração pública; Atende aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.	Requer elaboração de termo de referência detalhado e criterioso, para evitar a substituição constante de profissionais pela empresa contratada; Necessidade de acompanhamento técnico contínuo para garantir que a execução do contrato atenda plenamente às necessidades do serviço; Possibilidade de apenas uma empresa para executar os serviços. O objeto não é típico de competição por menor preço, pois envolve natureza intelectual e técnica e a necessidade de confiança entre médico e paciente.

Solução nº 04 – Chamamento Público

Pontos positivos	Pontos negativos
Processo simples e de tramitação mais célere; Permite o credenciamento de mais de um profissional, ampliando a rede de atendimento; Viabiliza o atendimento conforme a disponibilidade orçamentária e a demanda do serviço. Aplicável especialmente em situações de inviabilidade de competição, nas quais a Administração busca credenciar todos	Embora possa haver rotatividade de profissionais, o modelo permite a contratação simultânea de múltiplos prestadores, o que reduz o risco de descontinuidade dos serviços; Pode comprometer a continuidade terapêutica, fundamental ao acompanhamento psiquiátrico; Exige maior controle administrativo devido à multiplicidade de contratos simultâneos.



os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos.	
---	--

Evita a falta de profissionais, reduz o risco de descontinuidade do serviço e é o mais adequado para a saúde pública.	
---	--

Destaca-se que a elevada demanda reprimida por atendimentos psiquiátricos, associada ao número insuficiente de profissionais disponíveis no mercado e à dificuldade de provimento por vínculo efetivo, reforça a necessidade de adoção de modelo flexível e capaz de ampliar a oferta de serviços.

De acordo com as informações levantadas, a solução nº 04 – chamamento público se mostra como a que mais atende as necessidades, considerando fatores relacionados à continuidade do serviço, ampliação da capacidade de atendimento, segurança administrativa, eficiência operacional, qualidade técnica e economicidade da contratação.

A solução consiste no credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de psiquiatria em específico para realização de consultas médicas.

O credenciamento permite a habilitação simultânea de mais de um prestador, garantindo maior estabilidade na execução do serviço e mitigando riscos de descontinuidade; caracterizando-se como prestação complementar à rede pública municipal de saúde.

Ressalta-se que o modelo de credenciamento se insere nas hipóteses de inviabilidade de competição, uma vez que a Administração busca a contratação de todos os interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos. Nesses casos, a contratação encontra respaldo no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que trata da inexigibilidade de licitação, bem como no art. 79 do mesmo diploma legal e Decreto 11.878/2024 que disciplina o procedimento de credenciamento.

O TCU possui diversos julgados sobre o tema, encontrando respaldo quanto ao credenciamento desde que a escolha seja devidamente motivada e respaldada no interesse público. O ministro Benjamin Zymler votou no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU) “O credenciamento tradicional é um processo administrativo de chamamento de interessados quando, em vez de se ter um vitorioso na licitação – aquele que assinará o contrato –, a Administração se vê diante de uma situação concreta em que ela pode ‘dividir um bolo em fatias’ e distribui-las de forma objetiva”, conclui “Logo, não há competição porque todos, de algum modo, serão contratados para executar uma parte do objeto”.¹

Consoante a isso, há situações em que a competição se faz impossível pela pluralidade da demanda da Administração Pública, sendo o interesse público satisfeito se o serviço ou bem for prestado ou fornecido por um número ilimitado de contratados, como o TCU se manifestou no Acórdão nº 352/2016

“9.1.2. O credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde para atuarem tanto em unidades públicas quanto em seus próprios consultórios e clínicas, sendo o instrumento adequado a ser usado quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimentos das vagas, bem como quando a demanda pelo

¹ BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão 533/2022 – TCU – Plenário. Trecho do Voto do Ministro Benjamin Zymler.



serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, sendo necessário o desenvolvimento de metodologia para a distribuição dos serviços entre os interessados de forma objetiva e impessoal;²

O modelo de credenciamento apresenta vantagens relevantes, tais como a ampliação da oferta de prestadores, maior acesso da população, descentralização do atendimento e redução do risco de interrupção dos serviços. Além disso, possibilita maior flexibilidade na execução contratual, permitindo que a demanda seja distribuída entre os prestadores habilitados, conforme a necessidade da rede municipal de saúde.

Cabe ao administrador público o poder-dever de analisar o contexto fático e tomar decisões acerca da conveniência e oportunidade considerando sempre o interesse público. Corroborando com o tema cita-se Acórdão do TCU

“O credenciamento é legítimo quando a administração planeja a realização de múltiplas contratações de um mesmo tipo de objeto, em determinado período, e demonstra que a opção por dispor da maior rede possível de fornecedores para contratação direta, sob condições uniformes e predefinidas, é a única viável ou é mais vantajosa do que outras alternativas para atendimento das finalidades almejadas, tais como licitação única ou múltiplas licitações, obrigando-se a contratar todos os interessados que satisfaçam os requisitos de habilitação e que venham a ser selecionados segundo procedimento objetivo e impessoal, a serem remunerados na forma estipulada no edital.”³

Importante destacar que o credenciamento encontra respaldo legal no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, sendo indicado para situações em que a Administração necessita contratar serviços padronizados, prestados por múltiplos interessados, sem que haja competição exclusiva entre eles. Tal modelo também é amplamente utilizado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para a contratação de serviços complementares de diagnóstico e terapia.

Dessa forma, após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a realização de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas apresenta-se como a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, por conciliar viabilidade econômica, eficiência administrativa e ampliação do acesso da população às consultas em psiquiatria.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (X)

Não ()

A atividade objeto da contratação, consistente na prestação de serviços médicos na especialidade de psiquiatria, é, em regra, permitida no regime do Simples Nacional, especialmente quando exercida por pessoa jurídica enquadrada como sociedade simples ou empresa prestadora de serviços de saúde, observadas as disposições do Anexo III ou V da referida Lei Complementar, conforme o caso.

Não há, no presente processo, impedimentos legais específicos à participação de ME e EPP optantes pelo Simples Nacional, razão pela qual se admite sua participação

² BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão 352/2026 – TCU - Plenário.

³ BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão 2977/2021-TCU-Plenário



no credenciamento, em observância aos princípios da isonomia, da ampliação da competitividade e do incentivo ao desenvolvimento econômico local.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (X)

Não ()

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (X)

Não ()

Da vedação à subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto, tendo em vista que os serviços a serem prestados possuem natureza eminentemente personalíssima, exigindo a atuação direta de profissional médico psiquiatra devidamente habilitado, com registro no Conselho Regional de Medicina e qualificação específica (RQE).

A execução direta do serviço pelo credenciado é fundamental para garantir a qualidade, a continuidade e a segurança do atendimento, bem como para possibilitar o adequado acompanhamento e fiscalização por parte da Administração Pública.

Ademais, a vedação à subcontratação evita a intermediação indevida de serviços médicos, reduz riscos de precarização do trabalho, assegura maior controle sobre a execução contratual e preserva o vínculo terapêutico entre profissional e paciente, especialmente relevante no âmbito da saúde mental.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Não foram identificadas, no âmbito regional, Atas de Registro de Preços vigentes que contemplem o objeto pretendido e que possibilitem adesão pelo Município.

Verificou-se que o Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONSUD) possui credenciamento próprio para a realização de consultas médicas na especialidade de Psiquiatria. Contudo, os critérios de habilitação adotados pelo referido consórcio admitem profissionais com titulação de especialização, sem a exigência obrigatória de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) junto ao Conselho Regional de Medicina.

Tal exigência é considerada essencial pelo Município, como forma de garantir maior qualificação técnica e segurança na prestação dos serviços, especialmente diante da complexidade dos atendimentos em saúde mental. Dessa forma, o modelo atualmente adotado pelo CONSUD não atende integralmente às necessidades específicas da Administração Municipal.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços médicos na especialidade de Psiquiatria, verifica-se que não há viabilidade técnica para o parcelamento da contratação em itens distintos, uma vez que os serviços são homogêneos, padronizados e possuem a mesma finalidade assistencial.

O eventual fracionamento do objeto não traria ganhos de economicidade ou eficiência administrativa, podendo, ao contrário, gerar dificuldades na gestão contratual,



fragmentação da execução dos serviços e prejuízos à continuidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Destaca-se que, embora o modelo de contratação adotado (credenciamento) permita a habilitação de múltiplos prestadores, tal característica não se confunde com parcelamento do objeto, mas sim com estratégia de ampliação da oferta e mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços, mediante a contratação simultânea de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos.

Dessa forma, conclui-se pela não realização do parcelamento da contratação, por não se mostrar técnica nem economicamente vantajoso, garantindo-se maior eficiência, padronização e qualidade na prestação dos serviços.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantitativos para a presente contratação foi elaborada com base na análise da demanda assistencial em saúde mental no município, bem como no histórico de produção do contrato anterior, considerando ainda a capacidade instalada e a demanda reprimida existente.

No exercício de 2025, no período compreendido entre abril e dezembro, foi credenciada apenas 1 (uma) empresa para prestação de serviços em psiquiatria, a qual realizou aproximadamente 600 (seiscentos) atendimentos no período. Tal quantitativo corresponde a uma média mensal de cerca de 66 consultas.

Entretanto, verifica-se que a produção realizada não reflete a real necessidade do município, tendo em vista a limitação da oferta de agenda disponibilizada pelo profissional credenciado, o que gerou escassez de vagas para agendamento e consequente formação de demanda reprimida.

Conforme dados da rede municipal, estima-se que aproximadamente 2.000 usuários estejam em acompanhamento nos serviços de saúde mental, evidenciando a insuficiência da oferta atual frente à necessidade assistencial, especialmente para pacientes classificados como de médio e alto risco, que demandam acompanhamento contínuo e especializado.

Adicionalmente, conforme já demonstrado no diagnóstico situacional, observa-se aumento das internações por transtornos mentais e comportamentais, o que reforça a necessidade de fortalecimento da atenção ambulatorial como estratégia para prevenção de agravamentos e redução de hospitalizações.

Embora haja evidência de aumento da demanda assistencial, a estimativa de quantitativos foi mantida em parâmetros compatíveis com a capacidade histórica de execução e com o comportamento observado no credenciamento anterior. Destaca-se que, no processo vigente em 2025, houve o credenciamento de 02 (dois) prestadores porém a execução foi realizada por apenas 01 (um) prestador, o qual realizou aproximadamente 600 consultas no período, evidenciando limitação não apenas da oferta, mas também da adesão de profissionais.

Dessa forma, a definição do quantitativo não se baseia exclusivamente em uma projeção teórica de capacidade máxima de atendimento por profissional, mas sim em critérios realistas, considerando: (i) a disponibilidade de profissionais no mercado; (ii) a experiência de execuções anteriores; (iii) a organização da rede municipal; e (iv) a demanda efetivamente regulada pelos serviços de saúde mental.



Ressalta-se que o modelo de credenciamento permite a habilitação de múltiplos prestadores, não havendo limitação prévia de quantitativo de profissionais, sendo a execução ajustada conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária. Assim, o quantitativo estimado no processo representa um teto de contratação adequado ao cenário atual, podendo ser ampliado mediante necessidade devidamente justificada.

A projeção não deve levar em consideração uma capacidade plena de atendimento contínuo, o que não se mostra compatível com a realidade local, especialmente diante da dificuldade de fixação de profissionais especialistas e da dinâmica de organização da agenda na rede pública. Ademais, a adoção de quantitativos superestimados pode comprometer o planejamento orçamentário e não refletir a execução real do contrato.

Dessa forma, a estimativa proposta mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao histórico de execução e à capacidade operacional do município, garantindo equilíbrio entre a necessidade assistencial

Para fins de dimensionamento, adota-se como referência a capacidade média de atendimento de 10 (dez) consultas diárias por profissional, com duração média de 30 a 40 minutos por consulta, em jornada de 8 (oito) horas diárias.

Considerando 5 (cinco) dias úteis por semana e 4 (quatro) semanas por mês, estima-se uma capacidade aproximada de 200 (duzentas) consultas mensais, totalizando cerca de 2.400 (duas mil e quatrocentas) consultas anuais.

A adoção do modelo de credenciamento permite a habilitação de múltiplos prestadores, possibilitando a ampliação progressiva da oferta conforme a demanda, sem limitação prévia de quantitativos por fornecedor, o que favorece a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Os quantitativos estimados encontram respaldo nos dados históricos de produção, na demanda reprimida identificada e nas diretrizes assistenciais da Rede de Atenção Psicossocial, constituindo parâmetro adequado para o planejamento da contratação.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos valores unitários já praticados em contratação anterior para o mesmo objeto, os quais permanecem inalterados, considerando a adequação aos preços de mercado, a compatibilidade com a realidade regional e a ausência de variações significativas que justifiquem sua revisão no presente momento.

A definição do valor unitário por consulta levou em consideração parâmetros utilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), valores praticados em contratações similares por outros entes públicos, bem como a complexidade do serviço prestado, a qualificação exigida do profissional e as condições de execução.

Além do referencial levantado no processo de credenciamento nº 001/2025, levantou-se por meio de pesquisa de mercado, considerando valores de diferentes órgãos públicos, resultando na média estimada de R\$ 226,57 (duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Órgão	Valor da consulta	Modalidade	Data de divulgação no PNCP
-------	-------------------	------------	----------------------------



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC	200,00	Inexigibilidade de licitação / Credenciamento	09/04/2026
UTFPT Campus Ponta Grossa - PR	400,00	Dispensa de licitação	01/08/2025
Município de Princesa - SC	212,90	Credenciamento	01/04/2026
Município de Vidal Ramos - SC	280,00	Inexigibilidade / Credenciamento	06/04/2026
Município de Pitangueiras - PR	175,00	Inexigibilidade / Credenciamento	13/05/2025
Consórcio intermunicipal de Saúde do Sudoeste	91,54	Inexigibilidade / Credenciamento	

Diante do exposto optou-se pela a manutenção dos valores já praticados para contribuir para a continuidade do serviço, mantendo-se o valor de R\$ 201,61 (duzentos e um reais e sessenta e um centavos).

Para fins de estimativa global, considerou-se o quantitativo projetado no item anterior, com base na capacidade média de atendimento por profissional e na necessidade de ampliação da oferta de consultas em psiquiatria no município.

Dessa forma, o valor máximo estimado da contratação é de **R\$ 483.864,00 (quatrocentos e oitenta e três mil oitocentos e sessenta e quatro reais)**, podendo variar conforme a efetiva produção dos serviços, tendo em vista que o modelo de contratação por credenciamento prevê pagamento por demanda efetivamente executada.

Os documentos que fundamentam a formação de preços, serão apresentados em anexo, garantindo transparência e rastreabilidade das informações.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

a) Fase de Planejamento

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Planejamento Inadequado			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Qualidade da assistência prestada à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo atendimento humanizado, eficiente e alinhado às diretrizes de saúde pública.			
Ação Preventiva		Responsável	



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Realizar uma avaliação contínua da disponibilidade e qualidade desses serviços.	Secretaria Municipal de Saúde
Ação de Contingência	Responsável
Garantir a continuidade da prestação dos serviços de maneira que não comprometa a oferta dos serviços.	Secretaria Municipal de Saúde
RISCO 2	
Descrever aqui o risco: Elaboração inadequada do Termo de Referência, com definição insuficiente ou imprecisa das condições de execução, requisitos técnicos e critérios de contratação.	
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Dano	
Interrupção ou insuficiência da oferta de consultas médicas em Psiquiatria, comprometendo o atendimento dos usuários em acompanhamento no AMENT e CAPS, gerando agravamento de quadros clínicos, aumento de internações psiquiátricas e risco de desassistência em saúde mental.	
Ação Preventiva	Responsável
Elaborar o termo de referência de forma adequada, de acordo com as características do objeto contratado, e realizar revisões periódicas deste documento pelo setor responsável.	Secretaria Municipal de Saúde
Ação de Contingência	Responsável
Reformular o termo de referência, corrigindo as divergências e irregularidades identificadas.	Secretaria Municipal de Saúde
RISCO 3	
Descrever aqui o risco: Atraso na contratação pode resultar em comprometimento dos prazos estabelecidos, prejudicando a execução dos serviços e o cumprimento das metas previstas.	
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Dano	
Atraso na contratação poderá comprometer a continuidade da assistência em saúde mental, ampliando a demanda reprimida, aumentando o tempo de espera para consultas especializadas e agravando quadros clínicos de pacientes classificados como de médio e alto risco.	
Ação Preventiva	Responsável
Auxiliar no trâmite burocrático necessário aos serviços públicos, especialmente aqueles que dependem diretamente da atuação humana, garantindo que os processos sejam realizados de maneira eficiente e em conformidade com as normas estabelecidas.	Secretaria Municipal de Saúde
Ação de Contingência	Responsável



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Realizar novo chamamento público ou ampliação do credenciamento de prestadores, visando evitar desassistência e garantir a continuidade da oferta de consultas especializadas.	Secretaria Municipal de Saúde. Fiscal do contrato
--	--

b-) Gestão do Contrato

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Contratação de pessoa física ou jurídica sem a capacidade necessária para executar o contrato.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Prejuízo à continuidade do tratamento psiquiátrico, falhas no acompanhamento clínico dos pacientes e comprometimento da qualidade da assistência em saúde mental, podendo resultar em agravamento dos transtornos e necessidade de internação.			
Ação Preventiva		Responsável	
Verificar a regularidade documental dos credenciados, incluindo CRM ativo, Registro de Qualificação de Especialista (RQE), regularidade fiscal e trabalhista, bem como a capacidade técnica para execução dos serviços contratados.		Secretaria Municipal de Saúde/ Departamento Jurídico e Setor de Licitações.	
Ação de Contingência		Responsável	
Solicitar a abertura de Procedimento Administrativo, conforme necessário, para investigar eventuais irregularidades ou descumprimentos contratuais. Caso confirmadas as infrações, aplicar as sanções administrativas previstas, incluindo, se necessário, a interrupção do contrato, conforme as disposições legais e contratuais vigentes.		Fiscal e Gestor do contrato	
RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Execução dos serviços médicos em desacordo com as condições estabelecidas no credenciamento e no contrato, comprometendo a qualidade do atendimento, a continuidade do acompanhamento psiquiátrico e o cumprimento da agenda assistencial.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Prejuízo à continuidade do tratamento psiquiátrico e à qualidade da assistência prestada aos usuários do AMENT e CAPS, podendo ocasionar atrasos nos atendimentos, descontinuidade terapêutica, agravamento de quadros clínicos, aumento de crises psiquiátricas, necessidade de internações hospitalares e sobrecarga dos demais serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).			
Ação Preventiva		Responsável	



Realizar acompanhamento contínuo da execução contratual, com controle da agenda, conferência da produção apresentada, monitoramento da assiduidade do profissional, verificação da qualidade dos atendimentos prestados e manutenção de comunicação permanente com o prestador para correção tempestiva de eventuais falhas..	Secretaria Municipal de Saúde e Fiscais de Contrato.
Ação de Contingência	Responsável
Notificar formalmente o contratado em caso de descumprimento contratual, adotando as medidas administrativas cabíveis, inclusive readequação da agenda, redistribuição temporária da demanda entre outros credenciados e, quando necessário, instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções previstas contratualmente.	Secretaria Municipal de Saúde e Fiscais de Contrato.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A solução proposta consiste na realização de chamamento público para credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos na especialidade de Psiquiatria, visando à ampliação da oferta de consultas no âmbito do Ambulatório de Saúde Mental (AMENT) e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Dois Vizinhos.

O modelo de credenciamento permitirá a contratação simultânea de todos os interessados que atendam aos requisitos de habilitação estabelecidos, sem limitação de número de prestadores, possibilitando maior capilaridade da rede assistencial, ampliação do acesso e redução da demanda reprimida.

A execução dos serviços se dará por meio da realização de consultas médicas em psiquiatria, conforme agenda organizada pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se os fluxos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aplicáveis. O atendimento deverá ser realizado de forma presencial, com duração média compatível com a complexidade dos casos, garantindo qualidade técnica, resolutividade e continuidade do cuidado.

A execução dos serviços se dará por meio da realização de consultas médicas em Psiquiatria, conforme agenda organizada pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se os fluxos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aplicáveis.

O atendimento será realizado preferencialmente de forma presencial, considerando a natureza dos serviços em saúde mental, que demandam avaliação clínica ampliada, interação direta com o usuário e integração com a equipe multiprofissional, especialmente no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde o cuidado é



estruturado de forma contínua e interdisciplinar, com foco na reabilitação psicossocial e na construção de projetos terapêuticos singulares.

A adoção de atendimentos não presenciais não se mostra adequada como estratégia principal, uma vez que pode comprometer a avaliação integral do paciente, limitar a observação clínica ampliada e dificultar a articulação com a equipe multiprofissional. Ademais, pode favorecer o aumento da demanda de forma desorganizada, considerando a maior facilidade de acesso, sem necessariamente garantir a efetividade do acompanhamento terapêutico.

Excepcionalmente, poderão ser realizados atendimentos não presenciais em situações específicas, devidamente justificadas pela equipe técnica, especialmente quando houver limitações operacionais que impeçam o deslocamento do paciente ou o comparecimento ao serviço, desde que garantidas as condições mínimas para avaliação clínica e não haja prejuízo à qualidade da assistência e à continuidade do cuidado.

Dessa forma, o modelo proposto busca equilibrar a ampliação do acesso com a garantia da qualidade assistencial, mantendo a coerência com as diretrizes da RAPS e com a organização dos serviços de saúde mental no âmbito do SUS.

A remuneração dos serviços será realizada por produção, com base no número de consultas efetivamente realizadas, conforme valor unitário previamente definido, assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e alinhamento entre oferta e demanda.

Os profissionais ou empresas credenciadas deverão possuir regular inscrição no Conselho Regional de Medicina, bem como Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na área de Psiquiatria, garantindo a adequada qualificação técnica para atendimento dos usuários.

A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante acompanhamento da produção, controle de agendas, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Não se aplicam, ao presente objeto, exigências relacionadas à manutenção ou assistência técnica, tendo em vista tratar-se de prestação de serviços de natureza intelectual e personalíssima.

A solução adotada integra-se às demais ações da rede municipal de saúde, atuando de forma complementar aos serviços próprios, com o objetivo de garantir acesso oportuno, integral e contínuo à atenção em saúde mental, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação de pessoa física serão exigidos os seguintes documentos:

Quando a contratação for feita com um médico psiquiatra na modalidade pessoa física, é necessário que o profissional apresente a documentação abaixo:

- CPF do médico.
- RG ou outro documento de identidade oficial com foto.
- Certificado de Registro e Inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição competente.
- Comprovante de regularidade com o Conselho Regional de Medicina (CRM), demonstrando que o médico está habilitado a exercer a profissão.



- Certificado de Título de Especialista (no caso de psiquiatria) Registro de Qualificação de Especialista (RQE)
 - Comprovante de endereço.
 - Declaração de que não está impedido de prestar serviços ao setor público, caso necessário.
 - Certidão de débitos trabalhistas (CNDT) ou declaração de regularidade com a Justiça do Trabalho.
 - Declaração de ausência de vínculos com o município caso a legislação exija.
- No caso de contratação de um prestador de serviços médico-psiquiatra via pessoa jurídica, a documentação exigida pode incluir:
- CNPJ da empresa ou clínica.
 - Inscrição Estadual ou Municipal (se aplicável).
 - Certidão de Regularidade Fiscal com a Receita Federal, com a Fazenda Estadual e/ou Municipal.
 - Contratos sociais da empresa, com as devidas alterações, se houver.
 - Cópia do RG e CPF dos sócios (caso seja uma empresa).
 - Certificado de regularidade do Conselho Regional de Medicina (CRM) dos médicos contratados.
 - Documentação comprobatória de título de psiquiatra dos profissionais que atenderão no serviço. Registro de Qualificação de Especialista (RQE)
 - Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
 - Declaração de que a empresa está regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas.
 - Declaração de ausência de vínculos dos profissionais com o município caso a legislação exija.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(X) NÃO

Não será exigida a instalação de escritório por parte do contratado, tendo em vista que os serviços serão prestados de forma presencial nas dependências da rede pública municipal de saúde, especificamente no Ambulatório de Saúde Mental (AMEN) e/ou no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), ou em local previamente definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços será disponibilizada pela Administração Pública, não havendo necessidade de estrutura física própria por parte do prestador, o que contribui para a ampliação da competitividade e facilita a adesão de profissionais interessados.

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A definição das condições estabelecidas para a presente contratação observa a natureza do objeto que consistente na prestação de serviços médicos especializados



em Psiquiatria, caracterizados como serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, que exigem qualificação específica e habilitação legal para seu exercício.

No que se refere à qualificação técnica, a exigência de comprovação de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), bem como do Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Psiquiatria, justifica-se pela necessidade de assegurar que os profissionais possuam formação e habilitação compatíveis com a complexidade dos atendimentos em saúde mental. Trata-se de requisito essencial, considerando que os serviços envolvem diagnóstico, acompanhamento e manejo de transtornos mentais, inclusive em pacientes classificados como de médio e alto risco, demandando elevado grau de especialização.

As exigências estabelecidas no presente processo visam assegurar a qualidade da prestação dos serviços, a segurança dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e a eficiência da contratação, estando pautadas nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços médicos na especialidade de Psiquiatria, verifica-se que os impactos ambientais diretos são mínimos, uma vez que se trata de atividade de caráter predominantemente intelectual, realizada nas dependências da rede pública municipal de saúde, sem geração significativa de resíduos ou consumo intensivo de recursos naturais.

Ainda assim, a execução dos serviços pode implicar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao consumo de energia elétrica, utilização de insumos administrativos (papel, materiais de escritório) e eventual geração de resíduos provenientes das atividades assistenciais.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- Utilização racional de recursos naturais, especialmente energia elétrica e água, nas dependências onde os serviços serão prestados;
- Incentivo à digitalização de prontuários e registros clínicos, sempre que possível, visando à redução do consumo de papel;
- Destinação adequada de resíduos eventualmente gerados, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes, especialmente no que se refere aos resíduos de serviços de saúde (RSS);
- Observância das diretrizes de boas práticas em saúde e das políticas de sustentabilidade adotadas pela Administração Pública;

Ressalta-se que não se aplicam ao objeto exigências relacionadas à logística reversa, tendo em vista a ausência de fornecimento de bens ou equipamentos pelo contratado.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta baixo impacto ambiental, sendo plenamente compatível com os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, previstos na legislação vigente.



11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A presente contratação tem como objetivo principal a ampliação da oferta de atendimentos em Psiquiatria no município de Dois Vizinhos, visando à redução da demanda reprimida e à melhoria da qualidade da assistência em saúde mental.

Em termos de economicidade, o modelo de credenciamento, com remuneração por produção (consulta realizada), possibilita maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, uma vez que os pagamentos estarão diretamente vinculados à efetiva prestação dos serviços, evitando custos fixos desnecessários e permitindo melhor controle dos gastos conforme a demanda assistencial.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a solução adotada permite a ampliação da rede de prestadores por meio da habilitação de múltiplos profissionais, reduzindo a dependência de um único prestador e mitigando riscos de descontinuidade dos atendimentos, além de otimizar a utilização da equipe multiprofissional já existente na rede municipal de saúde.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos materiais e estruturais, a utilização das unidades já existentes, como o Ambulatório de Saúde Mental (AMENT) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), possibilita a plena utilização da infraestrutura pública disponível, sem necessidade de investimentos adicionais significativos em estrutura física.

Como resultados esperados, destacam-se:

- Redução do tempo de espera para consultas em Psiquiatria;
- Ampliação do número de atendimentos especializados realizados;
- Melhoria na continuidade do cuidado aos usuários em acompanhamento;
- Redução de agravamentos de quadros clínicos e, conseqüentemente, diminuição da necessidade de internações psiquiátricas;
- Maior resolutividade da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);

Dessa forma, a contratação proposta contribui para o alcance de melhores resultados assistenciais, com uso mais eficiente dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de execução da presente contratação será o de prestação de serviços sob demanda, com pagamento por produção, consistente na realização de consultas médicas na especialidade de Psiquiatria, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços serão executados de forma contínua, mediante credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas habilitadas, sendo a remuneração vinculada exclusivamente ao número de consultas efetivamente realizadas e devidamente registradas e validadas pela Administração.

A distribuição da demanda entre os prestadores credenciados será realizada de forma objetiva e impessoal, conforme critérios previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se a capacidade operacional de cada prestador, a organização da agenda e as necessidades assistenciais da rede.



O modelo adotado permite flexibilidade na ampliação ou redução da oferta de atendimentos, conforme a variação da demanda, contribuindo para a eficiência na utilização dos recursos públicos e evitando a ociosidade de profissionais ou a insuficiência de oferta.

Além disso, o credenciamento possibilita ganhos indiretos de economia de escala, ao permitir a formação de uma rede ampliada de prestadores, reduzindo riscos de descontinuidade e garantindo maior estabilidade na prestação dos serviços.

Dessa forma, o regime de fornecimento adotado mostra-se adequado à natureza do objeto e às necessidades da Administração, assegurando eficiência, economicidade e continuidade na prestação dos serviços de saúde mental.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Os servidores indicados para o exercício das funções de gestão e fiscalização possuem experiência na área administrativa e no acompanhamento de contratos relacionados à prestação de serviços de saúde, não sendo necessária, neste momento, a adoção de providências adicionais de capacitação específica para a execução das atividades de fiscalização contratual.

Sendo assim não há necessidade de providências específicas.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jaqueline Cordeiros dos Santos de Almeida
Suplentes:	Leidiane Aparecida Ribeiro

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há contratações correlatas e nem interdependentes para a contratação.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 10228;
- IV) Classe/Grupo: Serviço;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-219/2026;

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

(X) Global

() Lote(s) de Itens



() Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- () Bens e serviços comuns
- (X) Bens e serviços especiais
- () Serviço comum de engenharia
- () Serviço especial de Engenharia

A presente contratação classifica-se como serviço especial, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, que exige formação específica, habilitação legal e elevado grau de conhecimento técnico na área de Psiquiatria.

A execução do objeto demanda atuação profissional qualificada, com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Registro de Qualificação de Especialista (RQE), envolvendo atividades como diagnóstico, avaliação clínica e acompanhamento de transtornos mentais, não sendo possível a padronização objetiva de desempenho e qualidade apenas por especificações usuais de mercado.

Dessa forma, o serviço não se enquadra como comum, uma vez que sua adequada execução depende de competência técnica individual do profissional, julgamento clínico e tomada de decisão especializada, características que o qualificam como serviço especial.

- (X) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- (X) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

A presente contratação enquadra-se como serviço contínuo, uma vez que se destina à manutenção regular e permanente da assistência em saúde mental no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo necessária de forma ininterrupta ao longo do tempo para garantia do atendimento à população.

Adicionalmente, caracteriza-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, tendo em vista que envolve a prestação de serviços médicos na especialidade de Psiquiatria, os quais demandam formação técnica específica, habilitação legal, julgamento clínico e tomada de decisão individualizada por parte do profissional.

Ressalta-se que, embora contínuo, o serviço não será executado sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que sua execução se dará sob demanda, por meio de credenciamento, com remuneração por produção, sem vínculo de exclusividade ou subordinação direta.

Também não se enquadra como serviço por escopo, pois não possui resultado previamente delimitado, sendo prestado de forma recorrente conforme a necessidade da rede municipal de saúde.

Dessa forma, a classificação adotada reflete adequadamente tanto a natureza contínua da necessidade administrativa quanto a complexidade técnica do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia da contratação para o presente objeto, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.



A opção pela não exigência de garantia justifica-se pela natureza do objeto, consistente na prestação de serviços médicos na especialidade de Psiquiatria, executados de forma contínua e sob demanda, com pagamento condicionado à efetiva realização das consultas.

Destaca-se que o modelo de credenciamento reduz significativamente os riscos à Administração, uma vez que: não há pagamento antecipado; a remuneração ocorre exclusivamente por serviço efetivamente prestado e validado; há possibilidade de contratação de múltiplos prestadores, mitigando riscos de descontinuidade dos serviços;

Adicionalmente, a exigência de garantia poderia restringir a participação de profissionais e empresas interessadas, reduzindo a competitividade e dificultando a ampliação da oferta de serviços, especialmente em um contexto de escassez de médicos especialistas.

Dessa forma, conclui-se que a não exigência de garantia mostra-se medida adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, não comprometendo a segurança da contratação.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação, tendo em vista a comprovação da necessidade de ampliação da oferta de atendimentos em Psiquiatria no município de Dois Vizinhos, bem como a adequação da solução proposta para o atendimento da demanda identificada.

A análise das alternativas disponíveis demonstrou que o modelo de credenciamento de prestadores se apresenta como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, por possibilitar maior celeridade na contratação, ampliação da rede de atendimento, flexibilidade na execução dos serviços e remuneração vinculada à produção efetivamente realizada.

A solução proposta encontra respaldo na legislação vigente, especialmente nos arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133/2021, bem como em entendimentos consolidados dos órgãos de controle, sendo adequada para situações em que há inviabilidade de competição e necessidade de contratação de múltiplos prestadores para atendimento da demanda pública.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente adequada, juridicamente possível e economicamente viável, contribuindo para a melhoria da assistência em saúde mental, redução da demanda reprimida e garantia do acesso da população aos serviços especializados, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Administração Pública.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- () Pregão, () Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☒ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☒ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☐ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance
☒ preço fixo

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☐ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto
☒ Não haverá disputa

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM
☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
☐ Recursos Estaduais
☒ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 13 de abril de 2026.

Claudete Meurer
Gestora de Saúde
Área requisitante
Matrícula Funcional 17949-1